

UMA PAUSA PARA MEDITAÇÃO, OU MELHOR, PARA MEDIÇÃO EM LEITURA

A Break for Meditation, that is for Mediation in Reading

Ezequiel Theodoro da Silva
Portal Leitura Crítica
Uniarp – Curso de Pós Graduação

Recebido em: 07 fev. 2015

Aceito em: 08 jun. 2015

SUMÁRIO

Numa época em que os mediadores clássicos da leitura-literatura, principalmente as figuras do crítico literário e do editor, perdem força e tendem ao desaparecimento em decorrência das velozes inovações tecnológicas, pretendo levar os participantes a um questionamento sobre o papel de outros agentes culturais mediadores (professor, bibliotecário e família) na formação de leitores críticos e maduros dentro da sociedade brasileira. No percurso da minha reflexão, pretendo (1) discorrer sobre uma nova concepção de leitor e de leitura, abarcando as linguagens e as mídias sociais; (2) combater as fronteiras advindas da formação muito especializada dos agentes, entrando no conceito de ‘leitor etc’ (Ricardo Basbaum); e (3) analisar alguns quadros estatísticos e qualitativos da leitura no Brasil, apontando para a necessidade de qualificação rigorosa e sofisticada dos mediadores.

Palavras chave: Leitura. Mediação. Escola. Leitor maduro. Crítica.

ABSTRACT

At a time when classical mediators of reading-literature, especially the figures of the literary critic and editor, lose strength and tend to disappear as a result of rapid technological innovations, I intend to lead participants to a question on the role of other mediators cultural agents

(teacher, librarian and family) in the formation of critical and mature readers within Brazilian society. In the course of my reflection, I want to (1) discuss a new conception of reader and reading, covering various social codes and social media; (2) criticize the borders arising from the very specialized agents, entering the concept of ‘reader etc’ (Ricardo Basbaum); and (3) analyze some statistical and qualitative frameworks of reading in Brazil, pointing to the need for strict and sophisticated training of mediators.

Keywords: Reading. School. Mature reader. Criticism.

Nada mais oportuno do que os múltiplos sentidos do conceito de “mediação” na sua relação com a leitura da realidade ou de mundo para representar a situação, ou melhor, a paisagem brasileira da leitura de tempos históricos passados estendendo-se até ao momento presente. São Paulo, capital do Estado de São Paulo, 18 de novembro de 2014 – 2014, terceiro milênio, tempo em que as sociedades são proclamadas sociedades da informação e sociedades do conhecimento, perpassadas e dinamizadas pela cultura da aprendizagem constante e contínua. De um tempo em que as descobertas científicas e as informações se expandem veloz e exponencialmente. De um tempo em que as metamorfoses cognitivas e valorativas são estimuladas e solicitadas a cada dia que passa. De um tempo em que as fronteiras do olhar se tornam elásticas e as nossas retinas necessitam de refinamento constante a fim de compreender uma variedade imensa de informações e fenômenos. 2014, terceiro milênio, tempo das sociedades da informação e do conhecimento, em que complexas tecnologias dispõem e disponibilizam diferentes caminhos para uma maior e melhor comunicação entre os homens, mas que, ao mesmo tempo, impõem, clamam pela existência de homens emancipados do analfabetismo, de homens que saibam ler, saibam escrever e que tenham condições objetivas para ler e para operar a escrita em suas várias manifestações e configurações.

Dentro da paisagem brasileira da leitura – paisagem vergonhosa, reproduzida no passar dos anos –, o analfabetismo se repete através dos governos como uma chaga sempre muito discutida, aqui e ali combatida, mas nunca, jamais curada ou vencida. De Paulo Freire ao Mobral e do Mobral, do Programa Brasil Alfabetizado e a outros retumbantes movimentos regionais e locais de combate ao analfabetismo, o tumor permanece pulsando e purgando na sociedade brasileira, como a mostrar

reiteradamente que as políticas educacionais e culturais tiveram, até agora, pouco efeito ou então a comprovar que os analfabetos não podem e nunca vão desaparecer porque o poder precisa deles para se perpetuar e dessa forma continuar a reproduzir as estruturas injustas, demagógicas e oligárquicas existentes neste país. Em 2014, dentro do conjunto das sociedades da informação e do conhecimento, a taxa de analfabetismo de brasileiros acima de 15 anos é de treze milhões e meio de pessoas. Assim, no âmbito da alfabetização, condição *sine qua non* para ser um leitor da palavra, a leitura é permanente crise ou, como dizem, um programa calculado de crise porque o poder, pelos seus tentáculos e manobras, inverte o jogo: ao invés da emancipação dos indivíduos, ao invés do desenvolvimento social do país, ao invés dos direitos da cidadania e das decisões críticas ou bem fundamentadas, interessa, isto sim, o atraso, a mediocridade e a ignorância. Do contrário, como se manter no poder e ao mesmo tempo justificar a corrupção, as mentiras e os demais escândalos que, vai e vem, reincidem por estas terras ao longo de tantos anos ou séculos? Uma das vantagens insubstituíveis da escrita e, portanto, da leitura é que elas permitem voltar aos textos para análises mais profundas das suas ideias, relacionando-as com os fatos sociais; permitem também guardar a história e a memória dos acontecimentos para efeito de reflexões e descobertas. Assim, interessa ao poder que determinados fatos sejam velozmente esquecidos e nada melhor para isto do que um povo analfabeto, desmemoriado, manejável e completamente dócil aos processos crescentes de elogio e consagração da mentira em nosso meio. Cabe lembrar a primeira estrofe da música “Admirável Gado Novo”, do compositor e cantor Zé Ramalho, que diz:

Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer
Êh, oê, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!

A crise da leitura ainda revela ser um programa através daquilo que conhecemos com o nome de ‘analfabetismo funcional’. Ou seja, a regressão dos leitores à condição de analfabetos por falta de pontos de leitura, de práticas leitoras e de usos da palavra escrita. Textos manuscritos, impressos e virtuais ficam do lado de fora da vida e do trabalho de 33 milhões de brasileiros – um mundão de pessoas. A cegueira do analfabetismo lhes foi uma vez superada pela educação formal, mas retornou mais forte ainda porque não lhes foi mostrada a utilidade social ou, o que é bem mais provável, porque o meio social não lhes tivesse apresentado os locais (as bibliotecas, as casas de cultura, os gabinetes de leitura, etc.) e os objetos onde pudessem objetivamente aplicar as suas competências de alfabetizados-leitores. Ou, o que também é bastante plausível, porque não tivessem condições financeiras para comprar livros, computadores, celulares, assinar jornais e revistas, como costumam fazer aqueles que são leitores de verdade.

Olhemos atentamente para a rede de bibliotecas públicas, escolares e comunitárias do Brasil e veremos a secura e a aridez desse empobrecido terreno.¹ Ao invés de um serviço consequente para a qualificação contínua de leitores, o que vemos é um repetido apagar-o-sol-com-a-peneira ou programas homeopáticos, sazonais, de pouca duração e eficácia, que, ao nível discurso, se tornam bombásticos ou pretensamente “populares” aos olhos dos governos e, através das mentiras destes, ao imaginário de toda a população. Estão aí, premiados e enaltecidos, como soluções aos centenários problemas nacionais da leitura, o caminhão, a charrete e o barco das letras, que percorrem os pontos e chegam aos interessados somente quando as condições o permitem, o baú de livros, o mediador de bicicleta, os cajados, cestos e sacolas de literatura, os jumentos e jericos de livros, as meias dúzias de obras gratuitas para a leitura em sua casa através do PNLL (Plano Nacional do Livro e da Literatura) e outras iniciativas sazonais que

1 Segundo os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, de 11 de março de 2014, o Brasil possui 6060 bibliotecas públicas, em 5453 Municípios, sendo 512 na Região Norte, 1845 na Região Nordeste, 499 no Centro-Oeste, 1932 no Sudeste e 1272 na Região Sul. Cf. In: <http://www.brasil.gov/cultura/2014/03/projeto-quer-ampliar-numero-de-bibliotecas-publicas> . Acesso em agosto de 2014.

são estruturas pobres para pobres e que nos desviam da necessidade primordial que é fazer da leitura uma prática cultural enraizada, encarnada, frequente e contínua na vida dos cidadãos. Uma prática vital para a qualificação de suas decisões e ações em sociedade. Para enraizar a leitura no cotidiano das pessoas é necessário, além da escola onde se aprende a ler, via alfabetização, uma rede capilarizada, moderna, integrada e dinâmica de bibliotecas e centros de cultura, com aquisição e abastecimento sistemáticos ou permanentes de livros – e outros meios e suportes da imagem e da escrita - e com gente especializada para verdadeiramente difundir e promover as práticas de leitura à altura das necessidades da população brasileira. Além disso, ao invés de centralização das aquisições nas esferas de governo, é urgente que essas bibliotecas tenham autonomia para decidir as obras que devem fazer parte dos seus acervos, evitando rebotinhos que na maior parte das vezes não atendem aos interesses e às necessidades de comunidades específicas, existentes nas diferentes regiões do Brasil.

Na falta ou ausência dessa rede, com serviços infra-estruturais de leitura, os programas nacionais de distribuição gratuita de livros às escolas brasileiras, como vem acontecendo de ano para ano desde 1970 e que abarcam bilhões de reais de verbas públicas, devem ser altamente questionados. De fato, se a merenda escolar necessita do refeitório e da nutricionista para ser devidamente preparada e servida, os livros e os demais suportes da escrita precisam de bibliotecas e de profissionais ligados ao universo da escrita para serem organizados e dinamizados através de diferentes interlocuções com os professores, os estudantes e seus pais. Eis novamente a crise da leitura sendo perenizada ou terminando em pizza em todos os pontos do território nacional. É bem provável que resida exatamente aí, na inexistência dessa rede capilarizada de organismos e serviços voltados à recepção, oferta e dinamização dos bens contidos no mundo da escrita, na ineficiência, para não dizer na inutilidade ou nulidade, das políticas relacionadas às compras astronômicas de livros para distribuição gratuita às escolas brasileiras. E a contradição fica mais escancarada quando sabemos que no Brasil o governo é o principal comprador de livros (com dinheiro público, nosso dinheiro!) para reiterar, anualmente, o seu próprio fracasso na elevação dos índices de leitura da população e dos indicadores de qualidade do ensino. Portanto, essa política caolha e manca é um prato cheio para a indústria do livro, mas um osso duro de roer para a promoção da leitura

e o aprimoramento dos leitores nas escolas e nas poucas bibliotecas de todas as regiões do território nacional. Enquanto esse esquema esclerosado, impotente e estéril não for reiteradamente denunciado e devidamente superado, a leitura vai continuar a patinar sem sair do lugar, quer dizer não servirá para mediar absolutamente nada! E neste ponto chegamos ao um segundo sentido para a mediação, ou seja, a de que os textos, como já queria Paulo Freire, são mediadores da cultura, alongando a nossa visão ou consciência para a nossa inteligência do mundo; entretanto, para ganharem esse sentido na prática concreta, a existência de textos por si só não é suficiente – e muito menos uma garantia – para produzir redes de leitores e de leitura, necessitando esses textos serem inseridos em ambientes dinâmicos nos quais exista a possibilidade de interação com mediadores e de comunicação e convivência com outros leitores.

Outro fator que afeta o conceito de mediação está relacionado com aquilo que eu chamo de ‘exagero ou abuso conceitual’, colocando minhoca na cabeça dos professores, distorcendo – ou pelo menos confundindo - a compreensão objetiva das coisas do universo pedagógico e educacional. Falo aqui dos exageros que circundam o conceito de ‘letramento’. Recebido de braços abertos pela comunidade acadêmica, esse conceito superava os limites teóricos da alfabetização e nos conduzia ao terreno dos usos sociais da escrita e da leitura. Criou-se o binômio alfabetização-letramento e, de repente, o segundo (letramento) como que se desgarrou do primeiro (alfabetização), ganhando uma vida própria, alçando vôo sozinho na imaginação dos professores e dando a parecer que o letrado não precisava ser alfabetizado. Surgiu daí, por exemplo, a expressão ‘analfabeto letrado’ ou, pior ‘letrado-analfabeto’, num jogo tão absurdo de palavras, inclusive gerando uma extensa classificação a ocupar todos os lugares e todas as posições da esfera conceitual de leitura: letramento matemático, letramento literário, letramento artístico, letramento tecnológico, letramento musical, letramento corporal e outros letramentos puxados pela moda e pelas novidades da academia. E, de repente, por ser agora imperativo o processo de letramento, a alfabetização e a leitura passaram a ser conceitos ultrapassados e, portanto, representativos de trabalhos desnecessários ou desprezados no contexto escolar. Dessa aberração resultou um enfraquecimento sensível do ensino e da promoção da leitura nas escolas – trabalhos estes que necessariamente envolvem ou

têm como condição a fase de alfabetização com todos os seus rituais para a aprendizagem do código da língua escrita; a alfabetização como uma base a partir da qual se estabelece uma espiral crescente de competências relacionadas aos usos da escrita durante toda a escolarização e situações de vida numa sociedade letrada. Eis portanto, de novo, a leitura levando a breca!

A velocidade da vida contemporânea também reforça e alimenta o levar a breca da leitura. Pelo menos de um tipo de leitura, a reflexiva, meditativa e crítica, tão necessária ao amadurecimento dos posicionamentos e dos valores dos cidadãos. Essa velocidade, essa ideologia da pressa faz com que as pessoas engulam e esqueçam rapidamente informações escritas, sem as levarem ao patamar das experiências significativas de linguagem ou, se quiser, ao patamar do conhecimento ruminado, digerido e refletido. E por serem rapidamente lidas, por não serem alçadas ao nível da experiência e unificadas pela razão-emoção do leitor, as idéias são também velozmente apagadas na memória do leitor. Nestes termos, os sentidos proporcionados pela leitura veloz dos textos são idéias fugazes que não se juntam às demais experiências do leitor e nem se somam ao seu repertório cognitivo, resultando em adensamento para o enfrentamento dos desafios da vida. Some-se a este problema o contínuo encurtamento dos textos, imposto pelas potentes redes sociais de comunicação da Internet: aqui o sintético se transforma em lacônico, à moda do Twitter que prende o interlocutor a 140 caracteres, inclusive contando os sinais de pontuação. Quer dizer, todos os tipos de pensamento e de intenções de comunicação têm de ser reduzidos para caber no tamanho padrão das plataformas. Ou no mínimo, esses pensamentos têm de ser parcelarizados, customizados, cortados pela metade, fatiados, podendo levar a distorções das mais variadas durante a leitura, para não falar do empobrecimento vocabular. Soube recentemente de um concurso de micro-contos para ser veiculado pelo Twitter, ou seja, contos com, no máximo, 140 caracteres, testando o poder de enxugamento dos escritores e conduzindo a leitura de fruição para duas linhas de escrita. Um gozo rapidíssimo, não resta dúvida. Velocidade e laconismo padronizado também levam a leitura à breca. Isto porque pensamento e linguagem estão dinamicamente imbricados; sendo assim, a redução da linguagem pode significar um estreitamento do pensamento. A padronização da linguagem é sinônima de padronização do pensamento. E a redução e a padronização do pensamento revelam

nada mais nada menos do que emburrecimento ou, no mínimo, paralisia mental pelas leis da velocidade e do mínimo esforço.

Indo para o brejo, levando a breca, a leitura relembra agora o principal mediador de sua promoção, qual seja o professor. Qualquer livro decente de pedagogia vai mostrar que O elemento mais importante para a formação do leitor é o professor. Na área da alfabetização, as pesquisas mostram que não é método de alfabetização que faz a diferença para o sucesso do ensino – o que realmente faz a diferença para o sucesso da alfabetização é a experiência do professor, demonstrando condutas docentes coerentes, com entusiasmo, empatia, preocupação constante a respeito da aprendizagem do alfabetizandos. Mesma coisa para o que se segue depois da alfabetização: professores que sejam leitores, com vivências literárias, professores que saibam manejar os gêneros de escrita – são estes os professores capazes de desenvolver e assentar o hábito da leitura junto aos seus grupos de alunos.

Porém, a formação básica da grande maioria dos professores brasileiros, principalmente os oriundos daquelas faculdades comerciais de beira de estrada, também faz a leitura levar a breca. Pesquisas por mim conduzidas nestes últimos 10 anos a respeito das leituras dos professores apontam para múltiplas aberrações. A primeira aberração está presente no período de formação durante o curso superior, onde o texto xerocado, quase sempre fragmentado e fora do seu contexto original, constitui a principal fonte de estudos dos licenciandos. A cópia xerox escancaradamente substitui a leitura de livros e as visitas às bibliotecas para efeito de pesquisas ou consultas às fontes bibliográficas. Ao longo de 4 anos de formação universitária, o professor raramente lê um livro na íntegra e sequer forma a sua biblioteca profissional; ele coleciona textos curtos, reproduzidos daqui e dali e não são poucos os professores que nem isto colecionam. A leitura de textos ficcionais não é incentivada e promovida, substituída que é por leituras técnicas ao sabor da casa de xerox mais próxima. Investigações a respeito do que leem os professores de ensino fundamental mostram que a episteme, que deveria ser o objeto e o objetivo do trabalho docente, vem sendo minada por livros de religião e de auto-ajuda, na base do ame Jesus que ele vai resolver todos os seus problemas e sofrimentos no âmbito do magistério. Não é à toa que Augusto Cury, Içami Tiba, Zibia Gasparetto e Paulo Coelho, Gabriel Chalita e Padre Melo, Silas Malafaia, Lair Ribeiro, etc. atualmente lideram as vendas de livros

junto ao professorado brasileiro de educação fundamental e média. É o império simplista da água com açúcar, do confie em si mesmo que as coisas são assim e vão continuar a ser assim mesmo, da sabedoria divina e da figura de Jesus, com direitas a citações bombásticas em camisetas ou em cartazes nas paredes das escolas. Tudo isto soma ao festival brasileiro de deformidades pedagógicas e, conforme venho mostrando, ao besteiro que contribui para levar a leitura à breca.

Leva também a leitura à breca a voz que atualmente comanda o ensino dentro das escolas. A voz do professor vem continuamente sendo sufocada por uma outra voz, ou seja, a voz dos livros didáticos e das apostilas terceirizadas tipo Objetivo, Pitágoras, Positivo, Equipe, Etapa, Positivo, etc., deitando por terra, esmorecendo a autoridade e liberdade docente. O professor deixa de ser o organizador e articulador do seu plano de trabalho, de sua proposta didática, de condutor do processo, para ser um repassador de conteúdos prontos, de leituras selecionadas em gabinetes e de caminhos minuciosamente descritos pelas editoras ou pelas empresas produtoras de apostilas. Abobalhado, robotizado, o professor se transforma no bom pastor consumidor do sofisticado mercado editorial: ao mesmo tempo em que promove as grifes didáticas, ele nem percebe que a sua identidade docente e a sua autonomia de sujeito – e não objeto – do ensino se desfiguram cada vez mais. Dessa forma, não são as necessidades dos estudantes e os problemas da realidade que fornecem substância para o planejamento do ensino, mas sim, invertidamente, o devido ajuste customização dos estudantes para digerir materiais didáticos impostos de fora para dentro; quer dizer, os estudantes são customizados para se adequarem às sequências estabelecidas por aqueles materiais. Tudo se faz e tudo se promove em nome da elevação dos índices de desempenho escolar conforme os testes aplicados pelo Governo, mesmo que para isto o professor se despersonalize, continue ganhando uma miséria e participe cada vez menos daquilo que se passa bem na frente do seu nariz. Na área da leitura, como os textos já vêm programados para alunos sem rosto, imaginados pela média, e para professores que pouco ou nada decidem, eis que tudo vai ficando padronizado, igualzinho da silva, à moda das lojas dos atuais shoppings centers. Eis aqui a leitura emancipadora, crítica e criativa sendo levada de roldão aos moldes e conformes únicos das empresas educacionais, quer dizer a leitura sendo levada à breca.

A leitura também vai à breca com o neotecnicismo que nos foi trazido pela introdução da Internet no campo educacional. Ainda que a pedagogia tecnicista da década de 1970 tenha sido criticada e denunciada, hoje ela parece retornar ainda mais forte com as plataformas de educação à distância, com o comércio de empacotados, com as propostas instrucionais customizáveis, enfim como a grande panacéia para os problemas das escolas brasileiras. Meta-se o laboratório de informática à moda das lan-houses dentro dos muros da escola e a aprendizagem estará garantida como num passe de mágica! Faltam professores? Então criemos cursos à distância, cursos meia-boca, cursos em que a máquina pretensamente ensina valores e condutas para resolver de vez este assunto. A leitura passa a significar ‘control cê’ ‘control vê’ ou, se quiser, como copiar e colar para fazer frentes às tarefas passadas por um professor geralmente sem rosto, situado num lugar não sei onde e esparramando atividades para a busca desenfreada de informações nos oceanos da Internet. Navegar é preciso, viver a relação pedagógica, dialógica como queria Paulo Freire, não é mais preciso. Nestes termos, os livros se transformam em instrumentos pré-históricos, objetos descartáveis pela virtualização crescente dos costumes e da vida. Aqui o livro leva a breca, a escrita manuscrita e a escrita impressa vão ficando para trás porque não mais motivam os jovens, porque não mais atendem ao espírito dos tempos modernos.

Passando para o lado do ensino da literatura, veremos que o levar à breca da leitura se agiganta ainda mais considerando a hegemonia da racionalidade técnica e dos valores neoliberais no mundo de hoje, aumentando e perenizando a desigualdade, a barbárie, a espoliação e a injustiça social. Os desníveis sociais no Brasil são brutais e as privações tamanhas que promovem projetos salvacionistas como o Bolsa Família. Nestes termos, os bens voltados à integridade espiritual do cidadão, como é o caso da literatura, são relegados a segundo plano na suposta crença de que o cidadão, sufocado pelas injustiças, não precisa dos mesmos. Retomando um texto clássico do Professor Antonio Cândido, **O Direito à Literatura**,² vale lembrar que todos os seres humanos necessitam, ao

2 Antonio Cândido, **O Direito à Literatura**, In: <https://culturae-marxismo.files.wordpress.com/2011/10/candido-antonio-o-direito-c3a0-literatura-in-vc3a1rios-escritos.pdf>. Acesso em agosto de 2014.

longo de sua existência, de fantasia, de sonho, de devaneio e fábulação para conseguir a sua integridade espiritual – daí ser a leitura da literatura uma ponte para a formação da personalidade, para o aumento de conhecimentos, para o desenvolvimento de novas visões de mundo e, portanto, para o amadurecimento dos cidadãos. Mesmo a nossa consciência destes lindos valores gerados pela frequência aos textos literários não impede que também ela seja levada à breca, considerando fatores visivelmente presentes e reproduzidos na sociedade brasileira como a distribuição desigual dos bens, pouca ou nenhuma margem de lazer indispensável à leitura, baixo acesso à cultura escrita pela falta de uma rede de bibliotecas populares e privação da maioria da nossa população à literatura e às artes em geral.

Cheguemos um pouco mais a nossa lente à operação que o leitor dinamiza ao ler um texto de literatura e, ao fazer isto, verificar se não reside aí a tremenda barafunda, a complexa ginástica que estamos ainda fazendo para inserir a literatura no currículo das escolas nacionais; inclusive, vale lembrar, um currículo que foi paulatinamente perdendo a sua natureza humanística para privilegiar as disciplinas das ciências exatas, numa demonstração muito viva de que o pensamento e a reflexão, dimensões que também perfazem o espírito humano, não interessam aos governos, interessados que estão em escolas técnicas para encaixe rápido no emprego. Trazendo para esta exposição o livro **A Leitura**, do francês Vincent Jouve,³ sabemos que a interlocução do leitor com textos literários leva-o, pelo enredamento da fantasia, à libertação das amarras do cotidiano, e pela alteridade, à renovação de suas percepções das coisas da vida, ao desenvolvimento de novos olhares sobre os fatos da realidade. Mais especificamente, ao longo de uma leitura literária o eu real (preso a normas e amarras) cede lugar para o eu artístico, permitindo criações e construções inusitadas pelo sujeito.

Mais especificamente ainda, a fantasia em ação pelos efeitos do enredamento na ficção desestabiliza, desterritorializa, leva o sujeito-leitor a sair dos seus limites. Nestor Garcia Canclini já mostrava no seu livro **A Socialização da Arte**⁴ que a literatura não apenas representa a

3 Vincent Jouve, **A Leitura**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

4 Nestor Garcia Canclini, **A Socialização da Arte**. São Paulo: Cultrix, 1980.

realidade, mas aponta como essa realidade pode ser de outra maneira. O que estou tentando mostrar é que a leitura da literatura apresenta uma natureza transformadora, inovadora, ousada e revolucionária; sendo assim, esse tipo de leitura pode ser altamente perigoso aos detentores do poder e, portanto, não é de estranhar a dificuldade da literatura em encontrar entrada e assento nos currículos das nossas escolas. Escute, por exemplo, um poema de Hilda Hilst e veja se a palavra lapidada pela fantasia do poeta não é capaz de estimular a consciência crítica dos leitores:

Hilda Hilst
Lobos? São muitos.
Mas tu podes ainda
A palavra na língua
Aquietá-los.

Mortos? O mundo.
Mas podes acordá-lo
Sortilégio de vida
Na palavra escrita.

Lúcidos? São poucos.
Mas se farão milhares
Se à lucidez dos poucos
Te juntares.

Raros? Teus preclaros amigos.
E tu mesmo, raro.
Se nas coisas que digo
Acreditares.⁵

O quadro de condicionantes que levam a leitura à breca no Brasil é vasto e óbvio. Existem outros condicionantes mais, mas, para não cansar a paciência da platéia nesta quarta feira à noite e para não fugir

5 Hilda Hilst, **Júbilo, Memória, Noviciado da Paixão**. São Paulo: Massao Ohno, 1974.

ao momento do debate, prefiro não descrevê-los e resolvo parar a minha exposição por aqui. Mas, antes, tenho de delinear este posicionamento: a nossa paisagem tétrica e vergonhosa da leitura não é obra do acaso e muito menos do divino; muito pelo contrário, essa paisagem resulta de decisões e ações humanas ou então da falta intencional das mesmas. Tanto as conquistas como as desgraças sócio-culturais, tanto os avanços como os retrocessos educacionais, tanto a dinamicidade quanto a letargia da leitura são arquitetadas socialmente ao longo da história, conforme as forças que entram em jogo para decidir os rumos de uma sociedade. No Brasil, a dívida social com as coisas da educação e da cultura é imensa, a vergonha da leitura é uma obra de homens sem vergonha, geralmente oriundos de uma elite privilegiada e economicamente poderosa que nunca quis e ainda não quer um povo instruído, emancipado e leitor. Não vamos recontar aqui os muitos tropeços, os recomeços e os insucessos das políticas de leitura em nosso país: as paisagens inscritas neste presente histórico mostram que as estruturas e os agentes capazes de aproximar dinamicamente a população às coisas da escrita pelas práticas de leitura nunca foram devidamente plantadas no chão brasileiro ou foram levantadas em número reduzido aqui e ali para serem recorrentemente esquecidas, descuidadas e maltratadas, como é o caso de um grande número de bibliotecas, museus, entidades, etc. cerram as suas portas e morrem à míngua por falta de investimentos e manutenção. Portanto, enquanto o regime de privilégios econômicos, sociais e culturais não for superado e vencido, enquanto a injustiça social e a desigualdade não forem combatidas e aniquiladas, enquanto o povo não deixar de ser uma massa de ignorantes, enquanto uma outra ótica e uma outra vontade política não for instalada no Estado brasileiro, a leitura, enquanto uma prática cultural e um instrumento da cidadania, vai continuar levando a breca. É lógico que este estado de levar a breca continuará existindo a bem daqueles que tiram partido disso e desejam que a leitura continue levando a breca agora e em tempos futuros.

A origem etimológica da palavra ‘breca’ é obscura. Por ter escolhido a expressão ‘levar a breca’ para representar a situação da leitura no Brasil, julgo conveniente elucidar e estender alguns dos seus sentidos lexicais aos presentes até para justificar alguns dos meus posicionamentos nesta noite.

Breca enquanto enfurecimento, indignação ou fúria. Participando da luta por um Brasil de leitores desde 1970, sou levado à breca, ou

seja, fico indignado, enfurecido e furioso ao ver a esquiva contínua dos governos às reais necessidades de leitura do nosso povo. Não fosse o valor esperança, que deve se fazer presente no coração de todos os educadores, eu já teria jogado a toalha há muito tempo, pois o que constatei e ainda constato é a reprodução do que não dá certo, o contínuo recomeçar ou a proclamação de que “Nunca antes se fez tanto como neste governo”; quer dizer, esquemas esclerosados, apequenados, que não tiram a educação, a cultura e a leitura do seu tradicional lugar de atraso.

Breca enquanto um aborrecimento que gera mal humor. Outro dia, em entrevista para uma jornalista de Curitiba, fui quase levado a me enganar por uma iniciativa dos lixeiros da cidade, que resolveram formar uma biblioteca a partir de livros catados no lixo. A repórter queria que eu concordasse com ela de que era essa a solução para os problemas de leitura dos lixeiros e, por extensão, da população miserável do Brasil. Quando disse a ela que a esta iniciativa, sem dúvida louvável, deveria se seguir a instalação de serviços públicos de biblioteca a todos os lixeiros, ela quase brigou comigo. Levei a breca, ou seja, fiquei aborrecido e mal humorado...

Breca enquanto maldade e malvadeza. Se a leitura da palavra pode levar a uma qualificação de decisões e ações, melhorando a vida dos cidadãos sob diversos aspectos, a existência de uma imenso contingente de não-leitores no Brasil somente pode ser obra de maldade e malvadeza. Cá entre nós, sempre fomos empurrados ao miserê social e cultural, acostumando-nos com o pouco, com o serviço pela metade ou com ‘sempre foi assim’ e de nada adianta gritar para melhorar. Quer dizer, fui, fomos, estamos sendo objetos da maldade e da malvadeza, lendo cada vez menos e nos acostumando a achar que a realidade em nada será alterada no passar dos anos.